

ESCRITA E INTERVENÇÃO: O QUE A CIDADE NOS FALA.

AUTORA: Bruna Raquel Fontes Santana – UFS/SE

PALAVRAS-CHAVE: Juventude e Educação, Intervenções, Direito à Cidade;

INTRODUÇÃO

A cidade é, ao mesmo tempo, palco e protagonista de uma narrativa coletiva. Suas ruas, muros e espaços públicos funcionam como superfícies de inscrição simbólica, expressando memórias, afetos, resistências e exclusões. A cidade pode ser compreendida como um espaço de fala, onde diferentes vozes e silenciamentos se sobrepõem, se confrontam e se revelam em textos visuais, como grafites, pichações, propagandas e outras formas de intervenção urbana.

Com base nessa perspectiva, este artigo parte da experiência de uma oficina realizada com jovens estudantes do Instituto de Compromisso Social João Carlos Paes Mendonça (IJCPM), localizado na zona sul de Aracaju. A oficina foi concebida como uma prática pedagógica de escuta do território, convidando os participantes a responderem à pergunta provocadora: "O que a cidade tem nos falado?" A partir dessa indagação, os jovens foram estimulados a observar criticamente os espaços urbanos que percorrem em seu cotidiano, registrando, por meio de fotografias, as inscrições que emergem nos muros da cidade.

A oficina foi realizada em três semestres distintos, a primeira sendo realizada totalmente nas dependências do IJCPM, a segunda sendo realizada em dois espaços: IJCPM e Universidade Federal de Sergipe, e a terceira sendo realizada no IJCPM e na praça Missionária Zilda Arns, na zona sul aracajuana. Com um total de 34 jovens participando, todos eles de zona periférica, a oficina foi dividida em momentos teóricos e práticos, tendo um total de 6 encontros em cada edição. Os jovens deveriam, desde o primeiro encontro, registrar por meio de fotografias os muros de seus espaços diários e escrever o que eles entendiam por cada fala presente neles. Cada jovem recebeu um caderno para fazer suas anotações de campo, e as fotografias foram exibidas em sala para efeito de compartilhamento de interpretações.

A problematização central do trabalho reside na tensão entre as mensagens que os muros urbanos veiculam e os significados que os jovens lhes atribuem. O que revelam os muros da cidade sobre os territórios periféricos? Como essas mensagens são lidas e

ressignificadas por sujeitos historicamente excluídos dos espaços centrais de poder e decisão?

A escuta dos territórios a partir das margens é a chave para compreender os processos de invisibilização e resistência que atravessam o cotidiano da juventude urbana. Justifica-se, assim, a proposta desta pesquisa, ao valorizar o olhar dos jovens como ferramenta de análise e produção de conhecimento sobre o espaço urbano. Mais do que objetos de estudo, esses sujeitos são reconhecidos aqui como produtores de saber e de intervenção.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer a interpretação que os jovens do IJCPM têm dos espaços urbanos por onde transitam diariamente ao se deslocarem para as aulas e o que eles observam das "falas" da cidade por meio das escritas urbanas. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os sentidos atribuídos pelos jovens às mensagens urbanas presentes nos muros da cidade;
- Entender o impacto das falas dos muros da nossa cidade na visão que os jovens têm dos seus bairros;
- Refletir sobre o direito à cidade como um exercício pedagógico e formativo;
- Produzir conhecimento a partir de uma experiência etnográfica e educativa.

A metodologia adotada é de base qualitativa, com inspiração etnográfica e enfoque formativo. A oficina foi desenvolvida em múltiplas etapas: observação e registro fotográfico dos muros urbanos; rodas de conversa sobre os sentidos das imagens; produção de lambe-lambes e stencil com base nas reflexões dos participantes; e intervenções artísticas nas paredes do IJCPM e nos muros de seus bairros de origem. Essa abordagem busca integrar dimensões estéticas, críticas e pedagógicas, valorizando a experiência dos sujeitos e os territórios que habitam como fontes legítimas de conhecimento.

EXCLUSÃO E DIREITO À CIDADE: A CIDADE COMO ESPAÇO DE DISPUTA SIMBÓLICA E MATERIAL

A cidade, mais do que um simples conjunto de edificações e vias, é um espaço vivo, atravessado por relações de poder, memória, pertencimento e exclusão. Ela carrega

em seus muros, ruas e esquinas os vestígios das desigualdades sociais e das resistências que emergem das periferias e da marginalização dos corpos. Para pensar a cidade como esse espaço de luta por igualdade, partimos das ideias de Henri Lefebvre (2001) sobre direito à cidade, onde ele alerta que a urbanização capitalista transformou o espaço urbano em mercadoria, excluindo amplos setores da população do usufruto pleno da cidade. Para ele, esse direito não se reduz ao acesso aos equipamentos urbanos, mas implica a possibilidade de participação ativa na (re)construção do espaço urbano como obra coletiva, não como produto do capital.

Na tentativa de pensar nos espaços urbanos de deslocamento como permanentes, de entender que os muros que vemos ao passar com destinos a outros espaços ditos fixos (casa, escola, trabalho), também nos pertencem, nos debruçamos sobre as ideias do geógrafo e antropólogo David Harvey (2012), que inspirado por Lefebvre, amplia esse debate ao afirmar que o direito à cidade é “muito mais que o direito ao acesso individual aos recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade”. Segundo Harvey, esse direito envolve a liberdade de criar e recriar a cidade e a nós mesmos a partir de nossas vivências e necessidades. Contudo, ele ressalta que essa liberdade é sistematicamente negada àqueles que habitam as periferias urbanas e estão sujeitos aos mecanismos excludentes do capitalismo contemporâneo. O direito à cidade não é apenas a liberdade individual de acesso a recursos urbanos, mas sim o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. É um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.

Pensar a cidade como campo de disputa material e simbólica, nos faz refletir sobre os usos e funções dos espaços. Como um reforço das desigualdades, os espaços são usados como mantenedores do capitalismo e lucro, temos acesso aos espaços onde trabalhamos e nossas moradias, não espaços livres dessa geração de lucro, mas assumem assim um papel de restauração da mão de obra. Cada espaço com seu uso, e em cada espaço uma função. Os deslocamentos pelas cidades são reduzidos ao meio que você usa nesse trajeto, não levando em consideração o trajeto em si.

Segundo Milton Santos (1994), a cidade é um espaço de contradições entre o uso e a função, entre o vivido e o planejado. Em *A natureza do espaço*, Santos propõe uma leitura crítica do espaço urbano, revelando como as lógicas técnicas e econômicas sobrepõem-se às experiências humanas dos sujeitos que nele vivem. Para o autor, o território é um campo de luta entre os que têm o poder de organizar o espaço e aqueles que apenas o vivenciam sob condições impostas. No entanto, é também na vivência cotidiana que surgem práticas de resistência, apropriação e reinvenção do espaço.

Nesse sentido, compreender o que a cidade nos “fala”, através de suas escritas, signos, grafites e intervenções, é também ouvir as múltiplas narrativas daqueles que a ocupam a partir das margens, principalmente jovens das periferias. Os muros, neste contexto, tornam-se mídias informais, expressando desejos, revoltas, identidades e ausências. São formas de disputar simbolicamente o espaço urbano, de fazer existir o que é constantemente silenciado.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRÍTICA AO CAPITAL

Pensar nos espaços sociais como locais de disputa, é também pensar a relação entre cidade e educação, que é profundamente tensionada pelo modelo de sociabilidade imposto pelo capitalismo. A escola, em muitos contextos, reproduz a lógica de exclusão e silenciamento que também se expressa nos espaços urbanos. A juventude popular, sobretudo negra e periférica, vivencia a cidade a partir de seus limites: transporte precário, ausência de equipamentos culturais, violência, estigmas territoriais. Frente a isso, pensar a educação como prática de escuta dos territórios é um ato político.

Se faz necessário pensar uma educação que vá além do retorno monetário que pode surgir a partir do acesso a escola, ou a universidade. A educação como uma mudança de vida vai além da educação como mudança de classe social. No livro *Ensinando a transgredir*, a professora e escritora Bell Hooks, nos diz que a sala de aula deve ser um espaço de libertação e diálogo, não de reprodução da dominação. Hooks propõe uma pedagogia do engajamento emocional, político e intelectual, rompendo com o ensino bancário. A escuta, o afeto e o respeito às diferenças são fundamentais para a educação como prática da liberdade. Gaudêncio Frigotto (2001) também contribui para essa crítica ao modelo educacional capitalista. Ao discutir a crise do capitalismo real, o autor evidencia como as reformas educacionais neoliberais agravaram a precarização do ensino, retirando da escola seu papel formador crítico e relegando-a à lógica da eficiência.

Frigotto defende uma educação articulada aos interesses das classes populares, capaz de enfrentar a exclusão e gerar consciência política. Através de práticas educativas territorializadas, como a proposta da oficina, é possível tensionar os discursos dominantes e reconhecer os jovens como sujeitos políticos.

Voltar então o olhar para os espaços que cercam a escola e os espaços utilizados para descolamentos, é pensar quem somos e quem os jovens são. István Mészáros (2005), em Educação para além do capital, critica as formas como o sistema educacional serve à reprodução do capital, formando sujeitos para a lógica da competição e da adaptação. Para o autor, a educação deve ser instrumento de emancipação, o que só é possível quando rompe com os modelos de ensino autoritários e distanciados da realidade dos educandos. Nesse sentido, a oficina proposta neste trabalho se inscreve como prática contra-hegemônica, pois valoriza o saber dos jovens e suas vivências territoriais, propondo uma produção coletiva de sentido.

Assim, uma pedagogia do território, que articule cidade, juventude e arte, permite deslocar o foco do ensino tradicional para uma perspectiva crítica, onde o conhecimento é construído em diálogo com o mundo vivido. As intervenções urbanas tornam-se, assim, parte do currículo e da formação cidadã, abrindo espaço para a criação de novas linguagens e formas de estar no mundo.

A VOZ DOS SILENCIADOS

A cidade não é silenciosa. Ela fala, sussurra, grita, protesta. No entanto, muitas vezes, suas vozes mais potentes são invisibilizadas. Existem certos mecanismos de dominação simbólica que mantêm certos grupos sociais à margem das instituições e das representações. Mantêm cada indivíduo em seu lugar, e para Pierre Bourdieu (1999), estes são os excluídos do interior. São aqueles que, mesmo estando fisicamente inseridos na sociedade, permanecem sem voz ou legitimidade.

No campo da educação e da cidade, essa exclusão se manifesta de diversas formas: pela ausência de políticas públicas, pela criminalização da juventude negra e periférica, pela negação de acesso ao patrimônio urbano e cultural. Ao mesmo tempo, são esses sujeitos que constroem diariamente as bases da resistência. Ao ocuparem os muros com palavras e imagens, rompem com o silêncio imposto e reivindicam visibilidade.

A proposta da oficina discutida neste artigo parte do princípio de que esses jovens não são apenas “objetos” de intervenção, mas produtores de conhecimento e de cultura. Ao serem convidados a registrar, interpretar e intervir na cidade, eles exercem o que Bourdieu chama de “tomada de palavra” — um gesto político de ruptura com a ordem dominante e de afirmação de sua existência social.

Nesse sentido, os conceitos de direito à cidade (Lefebvre e Harvey), de espaço vivido (Santos) e de educação crítica (Hooks, Frigotto e Mészáros) convergem na proposta de uma prática pedagógica que ouve as margens, reconhece os saberes periféricos e transforma a cidade em sala de aula e texto a ser lido coletivamente.

METODOLOGIA E OFICINA PEDAGÓGICA

A metodologia deste estudo articula uma abordagem qualitativa com inspiração etnográfica e dimensões pedagógicas participativas. Parte-se da compreensão de que o conhecimento sobre a cidade e os territórios não se dá apenas a partir de dados estatísticos ou cartográficos, mas, sobretudo, da escuta e da observação sensível do cotidiano vivido. Assim, a proposta metodológica foi pensada como um processo de investigação e formação entrelaçados, no qual os jovens participantes não apenas produziram dados, mas também construíram sentidos sobre suas vivências urbanas.

A oficina foi realizada com jovens do Instituto de Compromisso Social João Carlos Paes Mendonça (IJCPM), localizado na zona sul de Aracaju. Os participantes eram estudantes do ensino médio, oriundos de diferentes bairros periféricos da cidade. A diversidade de trajetórias e experiências contribuiu para uma leitura plural e crítica dos espaços urbanos, possibilitando múltiplas formas de escuta da cidade.

O processo foi dividido em seis etapas principais:

1. Apresentação e sensibilização: A oficina teve início com a exposição da proposta e com rodas de conversa sobre a relação dos participantes com a cidade. Foram levantadas perguntas como: “Quais lugares você mais frequenta?” e “O que os muros da cidade dizem para você?”. Essas conversas revelaram desde afetos vinculados aos territórios até incômodos com as ausências de infraestrutura, transporte, lazer e segurança.

2. Observação e registro fotográfico: Os jovens foram convidados a percorrer seus trajetos cotidianos — do bairro até o IJCPM — com um novo olhar: atentos às

mensagens, imagens, frases, pichações, grafites e cartazes presentes nos muros urbanos. Utilizando seus próprios celulares, registraram visualmente essas escritas da cidade.

3. Leitura e reflexão coletiva: Com as fotografias impressas ou projetadas, os participantes compartilharam suas interpretações sobre as imagens. Esse momento foi marcado por escutas atentas e pela produção de sentidos, revelando como diferentes sujeitos atribuem significados diversos às mesmas mensagens. Também se discutiu o que essas mensagens comunicam sobre o território, seus conflitos e suas formas de resistência.

4. Visita à Universidade Federal de Sergipe: Espaço historicamente negado a jovens negros e periféricos e muito reivindicado por aqueles que conseguiram romper o sistema e adentrar os muros acadêmicos, a universidade tem em suas paredes os relatos dessas lutas, os desabafos em formato de escrita (Imagem 1). A visita dos jovens participantes da oficina se dá na ideia de reconhecimento desses muros e na construção do senso de pertencimento também a esse espaço (Imagens 2 e 3).



5. Produção artística: A partir das reflexões, foram criadas artes gráficas em formato de lambe-lambe e stencil. As frases surgiram das próprias falas dos jovens, como “Por que você tem medo do meu Axé?”, “É sentado com o corpo parado que a mente se move, leia!”, “Está sem ter o que fazer? Leia um livro” e “Tarde foi ontem, hoje ainda dá tempo”. Também foi criado um stencil com a palavra “OLHE”, como um convite a olhar ao redor, para os outros e para as intervenções (Imagens 4 e 5). Essas produções foram pensadas como dispositivos de intervenção, resistência e reexistência, recuperando o direito à fala pública nos muros da cidade.



4



5

6. Intervenções nos territórios: As artes gráficas foram coladas nas paredes do IJCPM e também em um dos bairros por um dos jovens participantes da oficina. Os jovens apresentaram as suas intervenções para outras turmas, e o ato performativo devolveu ao IJCPM as reflexões construídas no interior da oficina, promovendo uma reapropriação, seja ele interno ou espaço urbano. Foi feita também uma intervenção na Praça Missionária Zilda Arns, localizada no Bairro Grageru, na zona sul aracajuana (Imagens 6 e 7). Nessa intervenção, uma parede foi utilizada como tela onde as obras, em lambe-lambe, foram expostas. A praça foi pintada em diversos pontos com o stencil “OLHE”.



6



7

Além dessas etapas, foram realizadas rodas de conversa durante todo o processo, nas quais os jovens compartilhavam suas experiências, dúvidas, afetos e descobertas. A escuta mútua e a valorização das narrativas individuais contribuíram para fortalecer o vínculo com o território e com o grupo, potencializando a construção coletiva do conhecimento. Essa metodologia buscou unir observação, análise crítica e produção estética como caminhos pedagógicos que valorizam os saberes juvenis e populares. O uso

da fotografia e das artes urbanas foi estratégico para estimular a leitura crítica da cidade e fomentar formas alternativas de ocupar e transformar os espaços públicos.

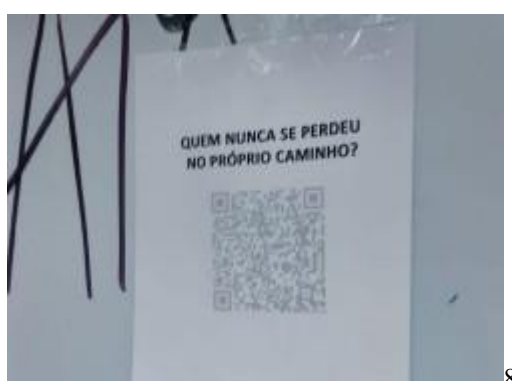
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES E DAS FALAS DOS JOVENS

A análise das produções visuais e das falas dos jovens durante a oficina permite acessar sentidos profundos sobre os territórios que habitam e sobre a cidade que os atravessa. As fotografias tiradas, os dizeres registrados nos muros e os lambe-lambes produzidos revelam uma leitura crítica do espaço urbano, marcada por experiências de exclusão, pertencimento e resistência.

Nas imagens captadas pelos participantes, observou-se a recorrência de frases voltadas para a luta antirracista e anticapitalista. Essas inscrições, muitas vezes ignoradas pelo olhar apressado cotidiano, foram ressignificadas pelos jovens como denúncias e afirmações de identidade.

Além das pichações e grafites, foram registradas propagandas políticas, placas de segurança e cartazes religiosos (Imagens 8 e 9). Ao discutirem esses elementos, os jovens identificaram disputas simbólicas presentes nos muros da cidade.

Como exemplos dos relatos da primeira edição da oficina que foi realizada, nós temos as seguintes imagens e falas (os nomes dos jovens dessa primeira edição serão preservados, todos optaram por não serem identificados no presente artigo):



“Vi essa imagem no ponto de ônibus, professora. Achei interessante que logo pensei que o QR Code era sobre Deus, parece que a culpa é sempre dele por estarmos perdidos, né?” (K.R., 19 anos, Bairro Aruana).

“Eu penso na importância de ler isso depois de um dia de trabalho. As vezes a gente precisa saber que mesmo em uma situação difícil, alguém também tá na mesma. Aí a gente tem mais força de mudar.” (R.M., 22 anos, Bairro Pantanal)



“Ao mesmo tempo que concordo com isso, eu discordo também. Porque isso tá no muro na frente da minha casa e eu moro em um lugar que é pobre, não é só simples. E fico com medo de me acostumar com esse lugar onde falta tudo por entender que é simplicidade e não pobreza. Minha mãe mesmo entende assim e nessas de achar que a cidade tá falando com a gente, ela tá entendendo que a cidade tá falando pra não querer uma vida melhor. Deu pra entender, professora? É difícil explicar, mas sinto isso. Sei que tem gente vivendo feliz pensando no que é simples, mas eu só não acho que simplicidade e pobreza são a mesma coisa. Meu pai morreu nesse muro, professora, e se a gente morasse em um lugar simples e não em um lugar onde essa pobreza causa tanta violência, talvez ele não tivesse morrido.” (L. C., 18 anos, Bairro América).

“Essa pichação só funciona pra gente que é pobre, porque se fosse lá na treze os ricos iam pensar que é sobre ter móveis diferentes e plantas no apartamento. Acho que simplicidade é ter ao menos comida na mesa e a passagem pra não perder a vaga aqui no instituto.” (M.R., 19 anos, Bairro Coroa do Meio).

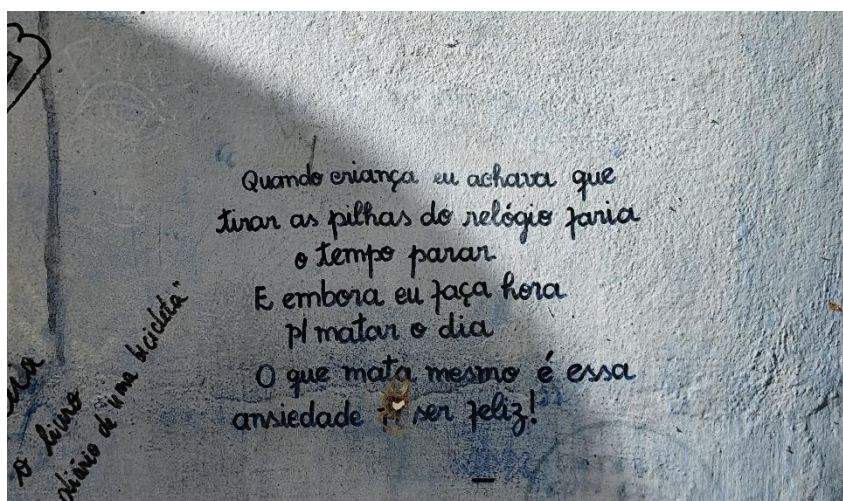
Já na segunda edição, os jovens puderam registrar os seus trajetos de deslocamento ao IJCPM e também as paredes da Universidade Federal de Sergipe (Imagens 10 e 11). Depois dos registros e da visita, foram realizadas entrevistas com alguns dos jovens, nas quais eles responderam às seguintes perguntas: “Qual a intervenção que mais te tocou?” e “A partir de tudo o que você viu na oficina, qual a marca que você quer deixar na cidade como forma de diálogo?”. Alguns dos relatos são:

“Eu vi um lambe-lambe escrito assim: “Ei! Já parou pra pensar que você sobreviveu a 100% dos seus piores dias?” e isso me fez pensar em todo esse tempo que eu vivi, nos dias ruins e nos bons também, e que eu sobrevivi a todos e que eu posso sobreviver a todos os outros também” (Isaac Matheus, 23 anos, Bairro Santa Maria).



10

“A intervenção que mais chamou minha atenção foi essa daqui que fala “quando criança eu achava que tirar as pilhas do relógio faria o tempo parar. Embora eu faça hora para matar o dia, o que mata mesmo é essa ansiedade para ser feliz”, e eu acho que todo mundo sente um pouco disso, né? E eu me identifiquei muito com isso.” (Ingrid Reis, 19 anos, Bairro Santa Maria)



11

Vale destacar também que alguns jovens foram tocados por intervenções e optaram por não registrar por fotografia, registrando apenas em seus cadernos de campo

e levando uma reflexão para os demais participantes da oficina. Exemplos desses relatos são:

“A que mais me tocou foi uma das primeiras, que foi sobre as estatísticas de estupro. Porque é uma realidade, uma triste realidade do mundo em que a gente vive.” (Graziele Ribeiro, 20 anos, Bairro Porto Dantas).

“Uma intervenção que estava escrita “Af UFS”, porque a pressão da sociedade de entrar numa faculdade nos traz muito esse sentimento. Eu acho que a gente é muito jovem pra ficar pensando que esse é o único caminho” (Izabella Trindade, 19 anos, Bairro Augusto Franco).

Como produto final da oficina, os jovens se dedicaram a criar suas próprias intervenções. Nos lambe-lambes criados pelos jovens, destacam-se ideias de lutas de classe, raça e gênero. As expressões, surgidas a partir de falas nas rodas, foram pensadas como intervenções capazes de devolver ao espaço público os afetos, dores e desejos coletivos. O caráter performativo desses materiais foi vivenciado quando, ao colarem os lambe-lambes, os participantes relataram reações diversas — desde curiosidade e apoio até críticas e indiferença.

As falas e produções revelam também uma pedagogia do território, em que a cidade deixa de ser apenas cenário e passa a ser uma agente educativa. A escuta dos muros e a reocupação simbólica dos espaços reconfiguraram a percepção dos jovens sobre si e sobre o lugar que ocupam na cidade. Como sintetizou uma das participantes: “Nunca tinha pensado que a cidade falava tanto. Agora eu olho o muro e penso: ali tem história.”

Essa leitura da cidade como texto aberto, em constante disputa, aproxima-se das reflexões de Henri Lefebvre e David Harvey sobre o direito à cidade como prática transformadora. Os muros tornam-se suportes de denúncia e reexistência, e os jovens, autores de um discurso que desafia os silenciamentos históricos. A cidade que fala, nesse contexto, é também a cidade que escuta seus sujeitos — e que, por meio deles, pode ser reinventada e reivindicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou demonstrar como práticas educativas podem transformar a maneira como os sujeitos leem, compreendem e intervêm na cidade. A partir da escuta dos territórios e da valorização da experiência juvenil, foi possível construir um percurso

formativo em que a cidade deixou de ser apenas cenário e passou a ser entendida como texto vivo — polifônico, contraditório, insurgente.

A oficina realizada com os jovens do IJCPM reafirma o potencial das metodologias participativas e etnográficas como instrumentos pedagógicos que não apenas ensinam, mas também aprendem com os sujeitos envolvidos. Ao colocarem seus corpos e suas vozes nos muros, os jovens afirmaram: nós estamos aqui, existimos, resistimos. Essa prática evidencia que a educação crítica e a arte urbana podem atuar juntas como forças de denúncia, criação e transformação.

O diálogo com autores como Lefebvre, Harvey, Santos, Hooks, Mészáros, Frigotto e Bourdieu permitiu fundamentar a leitura de mundo que emergiu da oficina, revelando que os conflitos e as potências da cidade são atravessados por processos históricos, econômicos, sociais e simbólicos. Quando escutamos os muros, escutamos também os silêncios e os gritos que estruturam o espaço urbano.

Em um momento em que se multiplicam discursos que invisibilizam as periferias, negar o direito à cidade é também negar o direito à palavra. Por isso, as práticas educativas que colocam os sujeitos em diálogo com seus territórios tornam-se atos políticos e poéticos de resistência. São esses sujeitos — invisibilizados nos discursos dominantes — que, ao serem escutados, revelam o avesso da cidade, suas fissuras e potências. A cidade que fala, nesse contexto, é também a cidade que escuta seus sujeitos — e que, por meio deles, pode ser reinventada. Este trabalho é, antes de tudo, um convite a escutar — e a intervir.

LEGENDA DAS IMAGENS

IMAGEM 1 – Intervenção encontrada na parede da Universidade Federal de Sergipe.

IMAGENS 2 E 3 – Jovens registrando as intervenções que lhes chamaram a atenção durante visita à Universidade Federal de Sergipe.

IMAGENS 4 E 5 – Jovens confeccionando suas próprias intervenções.

IMAGENS 6 E 7 – Produções gráficas e intervenções territoriais implementadas pelos jovens na Praça Missionária Zilda Arns.

IMAGENS 8, 9, 10 E 11 – Registros fotográficos feitos pelos jovens em seus deslocamentos pelos bairros e na Universidade Federal de Sergipe.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. São Paulo: Editora 34, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real: para uma nova utopia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.